
EDITORIAL

DOSSIÊ “EDUCAÇÃO E PROCESSO CIVILIZADOR”

Tenho a satisfação de apresentar o Dossiê “Educação e Processo Civilizador”, que compõe a Revista *Educação e Fronteiras On-Line*, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD, pois representa o esforço de um grupo de pesquisadores que vem se debruçando sobre o pensamento Norbert Elias e as teorias dos processos civilizadores ao longo de muitos anos.

Tais artigos são resultado de investigações que têm sido desenvolvidas no Brasil e América Latina, tomando como base teórica as teorias de Elias e suas possibilidades de reflexão e aplicação em pesquisas empreendidas nas diferentes áreas do conhecimento e por renomados pesquisadores. Neste dossiê apresentamos trabalhos que são resultado do evento bianual Simpósio Internacional de Processos Civilizadores (SIPC) que tem uma trajetória de quinze anos de trabalho, sendo promovido atualmente por grupos de diferentes instituições do Brasil e do exterior.

Para este dossiê, priorizamos os trabalhos apresentados no último evento, que se intitulou como XIII Simpósio Internacional de Processos Civilizadores – SIPC, realizado na Universidad Nacional da Colômbia, em Bogotá, entre 9 e 12 de novembro de 2010, integrando a Linha de Educação e Cultura. O XIII SIPC teve como objetivo oferecer espaços para a apresentação, divulgação e debates de pesquisas cuja fundamentação teórica é perpassada pelas teorias de Norbert Elias e as teorias dos processos civilizadores.

Sobre a obra de Elias temos diferentes abordagens, que integram este dossiê, permitindo ver os diversos temas sob uma perspectiva de interdisciplinaridade, a partir de trabalhos desenvolvidos nas áreas de Educação, História, Literatura, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Filosofia, Psicologia, Linguagem, Geografia, Educação Física e Direito, entre outras, estendendo assim o debate teórico por diferentes campos do conhecimento.

Desse modo, o convite para compreender a educação e a sociedade começa pela chamada educação formal, compreendendo as relações estabelecidas nos espaços escolares com o trabalho intitulado “**A ‘minha’ identidade e a ‘nossa’ através das gerações. Processos educativos dos**

adolescentes e jovens”, de Carina Kaplan (traduzido por Núbea Rodrigues Xavier), que aborda o modo como se processam as relações entre a condição juvenil, a condição estudantil e as transformações culturais na constituição da subjetividade. O trabalho discute também o modo como grande parte da literatura sobre o fenômeno da violência no âmbito educativo está arraigada, desde sua origem, numa visão criminológica da questão, que associa a periculosidade aos jovens e desenvolve diversos instrumentos de contenção dessas forças juvenis rebeldes. Apresenta a discussão sobre a visão estigmatizada a respeito dos jovens, estabelecendo uma diferenciação entre um nós – incluídos, estabelecidos, enaltecidos – e um eles –os excluídos, outsiders, minimizados – que antecipa práticas e comportamentos sociais.

Seguindo os passos da educação formal e das relações que se estabelecem na escola, temos o trabalho **“Pensando o sentido da escola (pública) a partir de uma configuração do tipo estabelecidos-outsiders”**, de Lucas Krotzsch (traduzido por Cindy Romualdo). O artigo propõe tipologias para se pensar os sentidos da escola ou os sentidos do escolar, propondo três tipos de sentido: o sentido aristocrático, o sentido democrático e o sentido demagógico. Cada um resulta num determinado modelo de pensar e construir as instituições escolares, e o ensaio de Norbert Elias *Os estabelecidos e os outsiders*, foi base teórica para tais reflexões. Considerando que uma escola inclusiva e verdadeiramente democrática necessita ser pensada a partir dos sentidos da educação e das relações entre os grupos e em como os indivíduos ressignificam o social, não implicando uma construção e identificação coletiva.

Tendo ainda como enfoque a educação formal e sua problemática, surge o trabalho **“Educação, Escola e Violência: as perspectivas dos estudantes da favela do Coque”**, de Izabel Adriana Gomes de Sena e Edilson Fernandes de Souza, que fazem uma discussão sobre a educação, a escola pública e suas problemáticas configuracionais, atreladas estas à exclusão, reprodução de comportamentos e às diferentes violências. A abordagem privilegia os olhares e as vozes dos estudantes moradores da favela do Coque, localizada na Região metropolitana da cidade do Recife e apresenta como a teoria elisiana permitiu diálogos profícuos na análise dos dados empíricos da pesquisa.

Caminhando ainda pelo espaço da escola e suas configurações, temos o trabalho **“Aproximações entre pesquisa-ação colaborativo crítica e sociologia figuracional na pesquisa em educação especial”**, de Reginaldo Célio Sobrinho, que apresenta o percurso metodológico de uma investigação que teve como objetivo compreender o modo como se expressa

a balança de poder na relação família e escola num contexto de escolarização do aluno com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento. Ao longo do texto o autor evidencia as vinculações teóricas entre a abordagem teórico-metodológica da pesquisa-ação colaborativo-crítica e a sociologia figuracional. Tomando como perspectiva a compreensão de que os indivíduos, em interdependências, constituem figurações que estão em permanente processo de constituição e de transformação, o traz ainda reflexões acerca das interações dos familiares de alunos com deficiência e dos profissionais do ensino desenhando relações na *balança de poder* entre família e escola.

Mudando a direção dos processos educativos e civilizadores, a partir de uma educação não formal, mas realizada no âmbito social, político, família, privado e apresentando a riqueza e a diversidade das análises com as teorias de Elias, temos o trabalho “**Mulheres e leitura: entre regras sociais e escolhas pessoais**”, de Alexandra Santos Pinheiro, que pretende analisar a constituição do indivíduo versus os papéis sociais, numa *sociedade de indivíduos*, que regula o comportamento das mulheres – leitoras nas décadas de 60 e 70 do século XX. O trabalho é apresentado a partir de uma pesquisa com fontes orais e pretende recuperar as memórias da leitura na vida de mulheres e dar visibilidade não somente à história da leitura, mas a compreensão da organização social na qual elas viveram e fizeram parte.

Na trajetória da educação não formal e da metodologia de história oral e depoimentos e histórias de vida, temos o trabalho “**Infância, educação e sexualidade no processo civilizador**”, de minha autoria, que discute a educação das crianças em determinados períodos históricos, considerando as mudanças no curso do Processo Civilizador, especialmente em relação à sexualidade. Elias aponta, em tais transformações, a existência do conceito, chamado por ele de “conspiração do silêncio”, que modelou os comportamentos, privatizou e separou as relações entre adultos e crianças. As fontes documentais se constituíram de fragmentos das histórias de vida de homens e mulheres que, na infância, foram meninos e meninas na primeira metade do século XX.

Na perspectiva de uma educação civilizadora em espaços domésticos e privados temos o trabalho “**Espacios cotidianos y subjetividad: el caso de la cocina**”, dos professores María Luz Márquez Barradas e Axel Manuel Navarro Hernández, que fazem um “delicioso” trajeto histórico, apresentando a cozinha e a alimentação como lugar cultural e social de constituição da família. Neste lugar estariam inscritos a educação das

crianças, as relações de poder, a constituição dos comportamentos regulados e autorregulados, bem como os processos civilizatórios que acompanham as mudanças na sociedade mexicana ao longo dos anos.

As mudanças sociais, a subjetividade dos grupos humanos e os diferentes processos de civilidade e constituição política aparecem no trabalho **“Psicogénesis y sociogénesis del conocimiento del orden social en un universo de trabajadores creyentes de Argentina: los devotos de San Cayetano”**, da professora Edna Muleras. O estudo apresenta os resultados de uma investigação que focalizou a interação entre processos psicogenéticos e sociogenéticos do conhecimento humano que permitem a reprodução das relações de poder na formação das sociedades contemporâneas. O enfoque da pesquisa apresenta a evolução das condições sociais e políticas do trabalho na Argentina em finais do século XX e discute o modo como trabalhadores enfrentam as adversidades a partir de uma concepção sacralizada do mundo. Tais análises foram feitas a partir da festa de San Caetano, padroeiro dos trabalhadores em uma comunidade da periferia de Buenos Aires.

E finalmente, seguindo as normatizações, os processos de regulação e autorregulação dos comportamentos e da sociedade – apontados nas teorias de Elias – temos os trabalhos que encerram este dossiê. O primeiro é **“Processo Civilizador e legislação: considerações sobre as Ordenações Portuguesas”**, de Célio Juvenal Costa, Amanda Regina Barbosa Lemes e Gilmar Alves Montagnoli. Estes autores fazem uma reflexão sobre a relação existente entre a ordem jurídica e as transformações sociais ocorridas na Europa a partir do século XV; mais especificamente, algumas alterações nas formas de punições presentes na legislação que vigorou em todo o Império Português. As *Ordenações Afonsinas* (concluídas em 1446), as *Ordenações Manuelinas* (publicadas em 1514) e as *Ordenações Filipinas* (promulgadas em 1603) são conjuntos de leis analisados à luz das teorias do *Processo Civilizador*, considerando, como apontou Elias, as “mudanças de longo prazo nas emoções e estruturas de controle das pessoas em sociedades particulares”.

O segundo trabalho que fecha este dossiê tem por título **“Filhos da fragilidade humana” e processo civilizador: uma visão através do jurídico**, de Tânia Mara Tavares da Silva e Hugo Rodolfo Lovisoló. Nele se apresenta a questão dos filhos ilegítimos e se discute o modo como vem sendo tratada por historiadores e cientistas sociais. O trabalho analisa o modo como o discurso do direito pode ser dimensionado como parte dos espaços civilizadores e, para tal empreitada, toma as sentenças finais dos

Processos de Investigação de Paternidade, que foram universalizados pelo Código Civil de 1917. Apresenta uma discussão de como o discurso proferido pelos advogados tinha por objetivo “civilizar” as relações entre homens e mulheres, principalmente aquelas que ocorriam de forma assimétrica, isto é, entre camadas sociais diferenciadas, e como as sentenças tomadas por “aula de comportamento civilizado”, feita por advogados “verdadeiros mestres”, normatizam a vida de mulheres e homens ao longo do período histórico em que a infância não havia sido protegida.

Finalmente, este dossiê representa um esforço dos grupos de pesquisa e dos pesquisadores que vêm se debruçando sobre as teorias de Norbert Elias e apresentando perspectivas de compreensão do *Processo Civilizador* do qual a sociedade ocidental é resultado, fazendo pensar sobre como a nossa *Sociedade de Indivíduos* tem urgência de respostas às questões que se levantam hoje sobre a cultura, os modelos sociais, as instituições e as organizações das quais fazemos parte.

*Prof.^a Dr.^a Magda Sarat
Organizadora*